



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL  
Prefeitura Municipal de Pejuçara

**DECRETO EXECUTIVO Nº. 3.908/2025**

Dispõe sobre a suspensão dos prazos nos processos administrativos no âmbito da Administração Pública Municipal de, no período de 20 de dezembro de 2025 a 20 de janeiro de 2026.

**FLAVIANA BRANDEMBURG BASSO**, Prefeita Municipal de Pejuçara/RS, no uso de suas atribuições constitucionais e legais,

**CONSIDERANDO** o disposto no art. 220 da Lei Federal nº 13.105, de 16 de março de 2015, aplicável supletivamente aos processos administrativos por força do seu art. 15;

**CONSIDERANDO** a Lei Complementar Estadual nº 15.918, de 23 de dezembro de 2022, que estabelece a suspensão de prazos no âmbito estadual;

**CONSIDERANDO** a necessidade de harmonizar as rotinas administrativas com o recesso forense, garantindo o direito ao descanso anual dos advogados e a ampla defesa dos administrados;

**CONSIDERANDO** a recomendação da FAMURS e o pleito da OAB/RS;

**DECRETA:**

**Art. 1º** Ficam suspensos os prazos para interposição de recursos, defesas, impugnações, contrarrazões e prática de atos processuais pelas partes e seus advogados nos processos administrativos em trâmite na Administração Pública Municipal Direta e Indireta, no período compreendido entre **20 de dezembro de 2025 e 20 de janeiro de 2026**, inclusive.

**Art. 2º** Durante o período de suspensão previsto no art. 1º:

I - Não serão realizadas audiências ou sessões de julgamento de órgãos colegiados administrativos municipais;

II - Os prazos que se iniciarem ou vencerem durante a suspensão ficam automaticamente prorrogados para o primeiro dia útil subsequente ao término do período de suspensão.

**Art. 3º** A suspensão prevista neste Decreto não se aplica:

I - Aos atos administrativos necessários para evitar a decadência ou a prescrição de créditos tributários e não tributários, bem como a prescrição da pretensão punitiva disciplinar ou de poder de polícia;

II - Aos procedimentos licitatórios considerados urgentes ou inadiáveis pela autoridade competente, bem como à gestão de contratos administrativos que não possam sofrer solução de continuidade;

III - Aos serviços essenciais de saúde, segurança pública, limpeza urbana, defesa civil e outros cuja interrupção possa acarretar prejuízo à população;



---

ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL  
**Prefeitura Municipal de Pejuçara**

IV - Aos processos que envolvam risco de perecimento de direito ou dano irreparável à Administração ou ao administrado.

**Parágrafo Único.** As autoridades competentes deverão adotar as medidas necessárias, inclusive em regime de plantão, para a prática dos atos ressalvados nos incisos deste artigo.

**Art. 4º** O atendimento ao público nas repartições municipais durante o período mencionado poderá ser mantido para fins de protocolo e consulta, observadas as escalas de trabalho e o recesso funcional a serem definidos em ato próprio, sem prejuízo da suspensão dos prazos processuais prevista no art. 1º.

**Art. 5º** Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

GABINETE DA PREFEITA MUNICIPAL, em 19 de dezembro de 2025.

**FLAVIANA BRANDEMBURG BASSO**  
Prefeita Municipal

**REGISTRE-SE E PUBLIQUE-SE**

**SANDRA MARIA OBERTO VALANDRO**  
Secretária Municipal de Administração